

ENTREVISTA/ Luiz Roberto Liza Curi, conselheiro do Conselho Nacional de Educação



Sociólogo e doutor em Economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), Luiz Roberto Liza Curi, é uma das personalidades de maior evidência na educação brasileira, atualmente. E não é por acaso. Tem uma vida inteira dedicada à área, tendo ocupado vários cargos de relevância, entre os quais, o de diretor nacional de Políticas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). Seu nome tem destaque também na área de ciência e tecnologia. Trabalhou por 30 anos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e foi chefe de gabinete e assessor especial do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

Membro do Mercosul/Educação Superior e do Comitê de Avaliação de Programas da Organização dos Estados Americanos (OEA), desde 2012 é Conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Chegou ao CNE com o respaldo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciência (ABC) e das sociedades brasileiras de Matemática (SBM), Física (SBF) e Química (SBQ). Com mandato até 2016, ele tem se dedicado à revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Nesta entrevista, fala ao site do Conselho Federal de Farmácia sobre políticas educacionais para os cursos de graduação na área da saúde e sobre a importância da interlocução entre o CNE e os conselhos profissionais. Também faz uma avaliação sobre a atual política de educação superior no Brasil e elogiou a atuação do Conselho Federal de Farmácia na área da Educação Farmacêutica.

Qual é a importância de o CNE ouvir os conselhos profissionais da área da saúde para o estabelecimento das políticas educacionais para o país?

É fundamental. A educação superior é uma política pública que interfere em diversas outras. É uma arena, que tem seus grupos de interesse, predominantes, mas é de certa forma uma arena aberta. Porque ela deve, necessariamente, integrar-se às mais diferentes áreas (saúde, ciência e tecnologia, indústria, infraestrutura), porque a educação está na base da qualificação e da mobilização mais dinâmica da competitividade econômica. Essa característica deve ser observada no desenho da política pública de educação, especialmente da educação superior que já produz a interface com as profissões, as especialidades e as especificações para todos os campos da economia e da sociedade. Portanto, não é

possível um processo de transformação, se não for por meio de um amplo consenso e da identificação dos problemas que a sociedade coloca naquele setor.

Como isso se aplica à Farmácia?

Quando falando de Farmácia, temos de ficar atentos aos limites e estrangulamentos. Não só curriculares, mas institucionais, que geram, administram e fazem a gestão do currículo. Porque isso tem desdobramentos na profissão e, se tem desdobramentos na profissão, tem desdobramentos no atendimento aos usuários da saúde, básico ou específico; na política econômica, na produtividade industrial (um campo de alta competitividade e grande interesse nacional); tem desdobramento em diversos setores que dizem respeito à qualidade de vida, à empregabilidade e ao desenvolvimento econômico brasileiro. Se é assim, não é possível que atuar numa área tão sensível a esse processo todo, que é o currículo, que é o momento da formação, de forma a não considerar os atores convergentes, que são os que empregam e os que produzem bem econômico a partir do conhecimento dirigido e produzido nas instituições porque, no país.

Hoje, 95% da pesquisa se organiza ou se desenvolve ou na universidade ou institutos de pesquisa públicos. Muito pouco se desenvolve nas indústrias. Então, a gestão acadêmica é fundamental. Não adianta mudarmos os currículos se nós também não envolvermos os gestores acadêmicos, os órgãos de avaliação, para que estimulem a apropriada execução e implantação do novo currículo e, a partir daí, uma interação cada vez mais intensa com os setores que vão receber esses profissionais... Eles não podem demandar surpresas. Eles têm de demandar algo que já está articulado com eles. Temos de fugir dessa surpresa. O setor tem de ter mais confiança no aparato formador brasileiro, que tem capacidade, recursos humanos de altíssima qualidade e é capaz de responder ao conjunto da sociedade.

Não dá para dissociar a formação do aspecto profissional...

Não dá, mas também não para reduzir a formação em uma só demanda. A formação tem uma demanda diversa e ampla, e é gerida pelas instituições, que devem participar desse diálogo.

Quais ações o CNE tem desenvolvido que repercutem na atuação dos profissionais da área da saúde?

Diversas. Participei de uma comissão no ano passado que reviu as Diretrizes Nacionais Curriculares dos Cursos de Medicina. Acabamos fazendo um grande debate com a sociedade em relação à formação na área da saúde em geral. Acho que isso vai ajudar e propiciar também uma linha de discussão para a Farmácia. Outro aspecto importante foi a participação do CNE na consolidação de editais de expansão dos cursos, para que observassem qualificações prévias e demandas sociais associadas e também a outras políticas públicas que interagem com a arena aberta da educação. A preocupação foi no sentido de promover uma expansão que atenda esse conjunto de atores e de necessidades nacionais. No caso específico da Farmácia, é um diálogo que pode aproveitar esse esforço do CNE na área da saúde.

Como educador, que ocupa um cargo tão importante no Ministério da Educação, qual é a sua avaliação sobre a atual política de educação superior no Brasil?

A política de educação superior no Brasil vai bem. O País desenvolveu um processo de avaliação consignado ao desenho da política educacional. Esse é um fato importantíssimo, que devemos sempre elogiar. E, mais recentemente, esses mecanismos, foram sancionados na Lei nº 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Essa Lei proporcionou o estabelecimento de uma política de Estado em torno da avaliação. Isso é um fator muito relevante na construção do conjunto da política. É claro que nós temos que ter mais atenção às transformações, às instituições, às

universidades, como atores privilegiados na construção das políticas. Não é possível tratá-los como apenas como atores adjuntos de um processo de consolidação. Daí a nossa preocupação em, cada vez, mais envolver as universidades na difícil tarefa de gerir essa arena aberta que envolve o conjunto da sociedade.

Mas eu acho que isso vem se consolidando de maneira muito positiva. O Ministério da Educação vem mantendo uma contínua preocupação em relação às transformações porque esse é um setor que se transforma, não podemos conservá-lo. Então, tem que haver um compromisso geral da política pública com a transformação que o país precisa. Porque a área do conhecimento é uma área dinâmica, que recebe indicações de transformação desde a pesquisa, que faz com que as áreas se diversifiquem cada vez mais, sejam integradas e multidisciplinares. E recebe indicações da conjuntura, cujo requisito profissional se altera. Então, nós não podemos ter currículos ou formulações estanques. Elas têm que ser dinâmicas, transformadoras, para que elas também pautem novas atividades econômicas e novas cautelas sociais.

O senhor fez uma avaliação no âmbito nacional. E em relação ao resto do mundo? Na sua, opinião, como está a nossa colocação?

Nós somos um exemplo, no mundo, de avaliação. Hoje, nem um país no mundo tem uma avaliação tão sistemática quanto a nossa: estabelecida em lei e tudo isso. Prova disso é que nós vamos ter agora os cursos de Farmácia submetidos à avaliação no âmbito do Mercosul. O Brasil é um dos líderes desse processo e um dos que mais trabalhou para que a regional fosse conquistada, ou seja, a avaliação dos países do Mercosul que gerasse um padrão possível de intercâmbio científico entre os egressos. Portanto o país não só tem uma situação proeminente em relação à avaliação como incentiva outros países a fazer.

Há alguma informação relevante que o senhor gostaria de acrescentar?

Gostaria de elogiar o Conselho Federal de Farmácia pela capacidade dele de mobilizar sem pretender conservar o egresso. O que podemos ver, e isso é um fenômeno mundial, é que as corporações profissionais muitas vezes se preocupam somente com um padrão de egresso e em preservar o mercado para esse tipo de padrão. O que a gente vê no Conselho Federal de Farmácia é o contrário. É a preocupação em diversificar esse egresso, de associá-lo cada vez mais ao campo e em avaliar a consequência do processo formador no êxito, no sucesso do egresso. Além disso, a capacidade do Conselho de mobilizar a comunidade científica, as universidades, de forma ampla e exitosa demonstra uma interação exemplar. Nós vimos em Salvador (durante o Congresso Brasileiro de Educação Farmacêutica – Cobef, de 10 a 12 de junho) mais de 400 a 500 comunidades acadêmicas atendendo ao chamado do CFF. As outras corporações deveriam se espelhar na experiência do Conselho de Farmácia e produzir ações similares que fariam muito bem para o país, colocar preocupações, mais que isso, convocar as instituições para que pensem, para que reflitam acerca da realidade, da expectativa, do fator transformador desta área para o país. Discutir com a base e buscar, a partir destas discussões, as soluções junto às instâncias decisórias. Essa é minha mensagem final e a mais importante.